



EPEPE
V ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

9 - Movimentos Sociais, Educação no e do Campo.

PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO DE PERNAMBUCO

Jéssica Maria de Oliveira Lemos-- CAA/UFPE
Allene Carvalho Lage- CAA/UFPE

RESUMO

A educação que ocorria no campo, devido a exclusão que este espaço sofreu historicamente, era pautado nas perspectivas educacionais urbanas, não atendendo as necessidades nem as expectativas das pessoas que ali viviam. Nessa perspectiva a Educação do Campo rompe com o estatuto da subalternidade da educação rural e vem lutando para reconhecer o campo como território de produção histórica e política, com sujeitos atuantes no seu contexto social, e que devem ser reconhecidos em seu processo educativo. Nesse sentido, este trabalho é relevante, pois busca conhecer a trajetória e o perfil dos profissionais que estão atuando como educadores/as do campo em Pernambuco e como sua atuação está acontecendo. Objetiva analisar relatórios sobre as características fenotípicas, os dados institucionais e profissionais, dados educacionais e os dados dos familiares dos/as educadores/as, a partir de questionários realizados preliminarmente com 546, num universo de 936 de educadores/as do campo de Pernambuco. A nossa pesquisa de caráter Exploratório e Explicativo, tem por estrutura analítica fundamentada no Método do Caso Alargado, definido nos termos de Boaventura de Sousa Santos (1983).

PALAVRAS CHAVES: Perfil; Educadores (as) do Campo; Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro está permeado de diversas questões que são determinantes para se possa compreender a finalidade da educação na sociedade e o tipo de sujeito que se pretende formar, ou seja, que cidadãos atuarão na realidade. Considerando os diversos aspectos e dimensões que influenciam e direcionam o seu processo e sua efetivação e, neste sentido, os elementos culturais, históricos, sociais e políticos são determinantes.

A sociedade civil tem grande relevância no movimento de afirmação e de conquistas para a coletividade, ao pressionar o Estado pela criação e efetivação de políticas públicas que atendam determinadas camadas da população que foram historicamente excluídas. Nesta perspectiva, os processos educativos não podem estar delimitados a um único espaço, a uma única metodologia e a um único tipo de conhecimento, pois desta forma estará atendendo a

um determinado tipo de sujeito e excluindo a diversidade e a diferença, já que não os considera na sua idealização e na efetivação.

Partindo desta situação de exclusão e de falta de reconhecimento dos sujeitos educativos e da cultura local, e mais especificamente da realidade do campo, os movimentos sociais populares do campo colocam em debate a luta pelo direito a educação e a escolarização, para que atendam as suas necessidades e especificidades. Dessa maneira buscam a efetivação da Educação do Campo, adotando uma concepção de sociedade e de sujeito diferenciados.

Neste sentido, podemos afirmar que as conquistas e mudanças alcançadas na realidade educacional no campo, são resultados de ações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de suas organizações e assim, o homem e a mulher do campo lutam para serem os sujeitos principais no e do seu processo formativo.

Com este entendimento, nosso trabalho é relevante, pois procura compreender o campo e o processo formativo que ali se dá de acordo com os perfis dos/as educadores/as que estão atuando nesta realidade. Pois,

os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nesta perspectiva (CALDART, 2012, p. 262).

De fato, os educadores e as educadoras do campo são essenciais na luta para a efetivação das concepções da Educação do Campo, de modo que devem estar preparados e receber uma formação que abarque as especificidades e peculiaridades da comunidade e dos sujeitos com os quais estão atuando.

Em face disto, conhecer o perfil destes educadores e educadoras, levando em consideração as características fenotípicas, as instituições a qual pertencem, a sua função, a sua formação profissional têm importância, na medida em que contribui para uma melhor compreensão dos sujeitos que atuam na Educação do Campo, partindo de sua trajetória por meio dos diversos aspectos que definem sua identidade e o fazem parte do campo como um espaço de vida e luta.

Nossa pesquisa tem como objetivo realizar uma análise do perfil dos(das) educadores e educadoras do campo de Pernambuco, fazendo o cruzamento das informações de relatórios (1 e 2) sobre caracterização física e dados institucionais e profissionais; de relatórios (1 e 3) sobre caracterização física e dados educacionais; e de relatórios (1 e 4) sobre caracterização física e dados familiares dos(das) educadores e educadoras.

Nesta pesquisa, trabalhamos com dados resultantes da sistematização das informações de questionários aplicados preliminarmente à 546 educadores do campo de Pernambuco, num universo de 936. A nossa pesquisa foi de caráter Exploratório e Explicativo e a nossa análise fundamentada no Método do Caso Alargado, definido nos termos de Boaventura de Sousa Santos (1983).

O estudo ganha relevância para a sociedade como uma forma de aprofundamento e de conhecimento sobre esta perspectiva educacional, que é relativamente recente nas agendas de discussão, porém cada vez mais vem alcançando conquistas em prol destes sujeitos que foram historicamente excluídos e subalternizados.

1. Educação do Campo

As discussões e debates sobre a Educação do Campo são relativamente recentes, pois tiveram início no final do século XX, na década de 1990, momento em que os movimentos sociais do campo começam a buscar e lutar por reconhecimentos como sujeitos de direitos e cidadãos, que foram historicamente excluídos.

Esta ação representa uma nova concepção de educação, de mundo, de sujeito e do campo, de modo que as perspectivas sociais e culturais se tornam a base para um novo projeto de sociedade e de desenvolvimento.

Como nós podemos ver em *Por uma educação básica do campo (memória)* (1999), os

Educadores e os movimentos de que fazem parte estão atentos, sensíveis às dimensões culturais e identitárias que esse movimento cria e anuncia, tentam construir uma educação básica que dê conta desse movimento social, cultural e identitário (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 7).

Desta forma, o homem e a mulher do campo, os movimentos sociais dos quais fazem parte e os educadores e as educadoras são os principais atores neste processo.

Por sua vez, a Educação do Campo nasce dentro das inúmeras experiências de educação dos movimentos sociais do campo, que longe das formas convencionais de escola rural, produzem uma educação inspirada nos princípios de autonomia, consciência política e organização popular.

A partir das suas organizações que geram as pautas propositivas, ampliam a base social da defesa da educação escolar sob a ótica do direito e, ao fazê-lo, reconhecem que o modo próprio de vida social do campo é fundamental, em sua diversidade, para a construção da identidade e da inserção cidadã nos rumos de um projeto fundado na justiça social e orientado na perspectiva da inclusão (SOARES, ALBUQUERQUE E WANDERLEY, 2009, p. 22-23).

Nesta direção, a reorganização dos movimentos sociais camponeses no processo de redemocratização pós-ditadura militar, vem inscrever a necessidade uma educação diferenciada,

protagonizada pelos movimentos sociais do campo, voltada para a humanização do trabalhador, a valorização de seus saberes populares e da identidade camponesa, que vem afirmar as possibilidades de mudança na/da Educação do Campo e a afirmação desta como um direito humano.

Indo de encontro a uma concepção dominante, na qual o desenvolvimento urbano é o único objetivo e o campo não tem representatividade nem populacional e muito menos cultural e política. De acordo com o Censo Demográfico (2010) apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) vivia em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas).

Neste sentido, concordamos com Martins (2009), quando traz o lugar que o campo e o urbano têm ocupado social e historicamente e como isto se reflete nos seus sujeitos.

Por ser um problema de classes, a oposição entre rural e urbano é uma questão social, que produz a exclusão do homem do campo. O conjunto das ações executadas, com base na racionalização econômica neoliberal, gera, em toda a sua extensão, sérias conseqüências sociais materializadas nos altos índices de exclusão social (MARTINS, 2009, p. 3).

Com este entendimento, no final dos anos 1990 tiveram início discussões e ações, promovidas tanto pelos movimentos sociais do campo, como também por intelectuais, que visavam à idealização e a efetivação de um projeto educativo que atendesse as reais necessidades dos povos do campo.

Desta forma, buscaram a superação da Educação Rural, modelo adotado pelo Estado, para a escolarização e educação do camponês, com o objetivo da efetivação da Educação do Campo. Neste sentido Fernandes (2006) traz as diferentes perspectivas que cada uma representa,

[...] a Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos ao interesse do capital (FERNANDES, 2006, p. 37).

Em 1998, foi realizada a 1ª Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, que se deu a partir das contribuições do UNICEF, da UNESCO, da CNBB, da Universidade de Brasília e do Movimento Sem Terra (MST).

Partindo das discussões e debates entre os diversos envolvidos, chegou-se ao entendimento que

a proposta da conferência tem no seu horizonte a consecução de políticas públicas para o desejado desenvolvimento do campo e conseqüente educação básica adequada e, nesse sentido, tenta realizar uma mobilização da sociedade e do governo tendo em vista uma ampla conscientização a respeito de tal magno tema (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p 11).

Podemos afirmar que a realização deste evento foi determinante para Educação do Campo, pois proporcionou diálogos e definições a cerca dos objetivos e aspirações de todos envolvidos, para que esta concepção saísse do papel.

Em 2002 ocorreu o Seminário Nacional da Educação do Campo, no qual ocorreram as discussões sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001) e a mudança da expressão “Educação Básica do Campo” para “Educação do Campo”, visando à ampliação da luta, onde a educação infantil, a educação superior e a formação profissional fossem contempladas.

Na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, que aconteceu em 2004, com o lema “Educação do Campo: direito nosso dever do Estado!”, momento em que, segundo Caldart (2012), chegou-se ao entendimento que

a luta pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação é específica, necessária e justa, deve se dar no âmbito do espaço público, e o Estado deve ser pressionado para formular políticas que garantam massivamente, levando à universalização real e não apenas princípio abstrato (CALDART, 2012, p. 260).

Para a efetivação da Educação do Campo, tem sido desenvolvidas novas e diferenciadas perspectivas na formação dos/as educadores/as que atuam neste território, que vão de encontro com concepções formativas normalmente utilizadas pelos movimentos sociais do campo. Busca-se, deste modo, a superação de modelos formativos que se baseiam em uma proposta generalista¹ que não oferecem elementos suficientes para a atuação na realidade campesina.

2. O campo da Educação do Campo

Nas perspectivas e concepções adotadas pela Educação do Campo, um ponto relevante é o lugar que o campo ocupa, pois ele representa e contém aspectos culturais, sociais e históricos que influenciam diretamente na definição do projeto educativo. Por isso o campo é

¹Segundo Arroyo (2012) nesta perspectiva todos os profissionais docentes devem estar capacitados para atender e desenvolver os mesmos conhecimentos para todos, independente da diversidade humana.

um tema central nas discussões da Educação do Campo, já que é um espaço onde a história do homem e da mulher do campo é produzida e onde seu trabalho é realizado.

Neste sentido, nosso estudo entende e adota a concepção de campo como território que segundo Fernandes (2006) “pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana” (FERNANDES, 2006, p. 29). Indo além da perspectiva adotada pela educação rural que exclui outros aspectos que são determinantes, como a cultura, a política e os sujeitos que ali vivem.

Esta compreensão representa uma nova forma e um novo projeto de desenvolvimento deste espaço, considerando as pessoas que ali vivem e entendem o campo como produto e produtor das relações que ali se desenvolvem. Já que, “o campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 53).

Os processos educativos, seguindo esta concepção adotam o modelo urbano e oferecem uma formação descontextualizada e sem ligação com a vida do campo. Nesse sentido, “a cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 15), ou seja, não são úteis para os objetivos estabelecidos pela sociedade para a educação dos sujeitos.

Neste sentido, é possível afirmar que “a falta de políticas específicas de formação de educadoras e educadores e a desestruturação das escolas rurais fazem parte da desconstrução da cultura do campo” (ARROYO, 2007, p. 160), o que fundamenta a premissa que o futuro do campo é a extinção. Porém na realidade campesina é visível a forte organização política e cultural, que se torna determinante a luta pela Educação do Campo.

Os movimentos camponeses tem se afirmado como sujeitos na luta pela efetivação do seu direito à educação, e neste processo a afirmação do lugar onde suas vidas são produzidas é parte determinante, por isso concordamos com Martins (2009), quando nos diz que

o campo é mais que uma concentração espacial geográfica; é o cenário de uma série de lutas e movimentos sociais; é ponto de partida para uma série de reflexões sociais; é um espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares; é ainda um espaço com dimensões temporais independentes do calendário convencional civil. Enfim, o homem e a mulher do campo são sujeitos historicamente construídos a partir de determinadas sínteses sociais, que são específicas, de dimensões diferentes das urbanas (MARTINS, 2009, p. 5).

Em sintonia com Arroyo e Fernandes (1999), acreditamos que a “construção de uma política que viabilize a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar é urgente. É uma forma concreta de valorização da vida no campo” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 29), que oferece melhores possibilidades aos homens e as mulheres de desenvolverem suas vidas e histórias no campo.

3. O Camponês/ Cultura Camponesa

O homem e a mulher do campo têm uma ligação muito forte com a terra e com o lugar onde vivem, pois é ali que se produzem os meios de suas existências, na medida em que há a produção e a reprodução de uma cultura nascida da relação do homem com o campo.

Neste sentido é importante entender quem são estes sujeitos, que vivem no e do campo e estão lutando pela efetivação do seu direito à uma educação que atenda as suas necessidades. Estes povos, o campesinato, se constituem

a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias a sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrincado complexo de agroecossistemas” (TARDIN, 2012, p. 179).

No entanto, como o desenvolvimento da sociedade moderna e a valorização e desenvolvimento da cidade em detrimento do campo, os sujeitos que ali vivem também são estereotipados e excluídos socialmente; são considerados atrasados e sem conhecimentos.

Nesta direção “a subordinação do camponês ao urbano é de fato constituída pelas relações políticas” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 29-30), que representam um determinado projeto de sociedade e de desenvolvimento, no qual não mais só campo, mas também o camponês são instrumentos para a produção de mercadorias.

Rompendo com esta lógica colonial de segregação da educação rural como uma educação menor, para um povo também de menor importância, os movimentos sociais do campo a partir de suas experiências de luta e de seus estudos baseados fortemente em teorias socialista, marxistas em teóricos da educação e da sociologia como Paulo Freire, Florestan Fernandes, Pistrak, Makarenko entre outros, desvendam os caminhos epistemológicos para uma nova concepção que designam Educação do Campo, distanciando-se dos objetivos e concepções da educação rural.

4. Metodologia

Esta pesquisa é **Exploratória e Explicativa**. Exploratória, pois tem a finalidade desenvolver, esclarecer e modificar nossa percepção sobre os conceitos acerca da caracterização sobre os perfis e percursos escolares de educadores/as do campo de Pernambuco visando à formulação de problemas objetivos. É um estudo explicativo, pois tem a preocupação central de identificar fatores que afetam, de forma positiva ou negativa, a construção desta caracterização.

O trabalho de sistematização ocorreu em cima das informações para a caracterização dos perfis e percursos escolares de educadores/as de Pernambuco, a partir do levantamento de informações de um grupo de aproximadamente 500 educadores² de um total de 900 da *Formação de Educadores do Programa ProJovem Campo de Pernambuco*, realizada pela UFPE/Campus Agreste³ que atuam em todo o estado de Pernambuco na formação de jovens do campo. Os educadores, em sua grande maioria são oriundos de movimentos sociais, associações, comunidades indígenas e quilombolas, sindicatos, entre outros. Há também técnicos das Gerencias Regionais de Educação contratados da Secretaria de Educação/PE em 2009⁴.

Na pesquisa fundamentamos nossa análise no **Método do Caso Alargado**, que parte do estudo de caso convencional e ao final alarga suas implicações nos aspectos estruturantes do caso estudado. Segundo Lage (2009) “a base inicial, especialmente procedimental do Estudo de Caso, proporciona aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação e da criatividade” (LAGE, 2009, p. 7). O caso torna-se alargado nas suas implicações, não é na análise estrita do caso – o estudo de caso é uma janela através da qual se vê a sociedade de forma mais ampla.

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p. 11).

A **Coleta de Dados** preliminar para esta pesquisa foi realizada no mês de maio de 2011, no âmbito do último módulo de Formação de Educadores do ProJovem Campo – Saberes da

²Estes educadores(as) tem formação superior nas áreas de humanas, linguagem, ciências exatas. Os da área de ciências agrárias, em sua grande maioria, não têm formação superior e sim formação técnica e atuam como educadores sociais.

³ A formação teve 360 horas e foi organizada em um Eixo Articulador (Agricultura familiar e sustentabilidade) e mais seis Eixos Temáticos (Agricultura familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Sistemas de Produção e Processo de Trabalho no Campo; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; Economia Solidária; Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial).

⁴ Esses educadores(as) estão vinculados(as) as seguintes Gerencias Regionais: Agreste Centro Norte (Caruaru); Agreste Meridional (Garanhuns); Litoral Sul (Barreiros); Mata Centro (Limoeiro); Mata Centro (Vitória); Mata Norte (Nazaré Da Mata); Mata Sul (Palmares); Metro Norte; Metro Sul; Recife Norte; Sertão Central (Salgueiro); Sertão Do Alto Pajeú (Afogados); Sertão do Araripe (Araripina); Sertão Médio São Francisco (Petrolina); Sertão Moxotó-Ipanema (Arcoverde); e Submédio São Francisco (Floresta).

Terra de Pernambuco realizado pela UFPE, no qual reuniu aproximadamente 700 formadores do interior de Pernambuco. Neste universo foram aplicados aproximadamente 500 questionários⁵, com atas de assinatura por área de formação dos respondentes em separado com nome e CPF. Os questionários foram respondidos de forma voluntária, sem identificação, preservando assim as identidades dos/as educadores/as que colaboraram com a pesquisa.

5. Resultados e Discussões

Nossas análises aconteceram a partir dos dados alcançados com os questionários aplicados aos educadores e educadoras do campo, durante a formação dos educadores do último módulo do Programa Projovem Campo, realizado pela UFPE/CAA. Os dados foram inicialmente organizados em cinco relatórios, sendo que o 1º, Caracterização física; o 2º, Dados institucionais e profissionais; 3º, Dados educacionais; 4º, Dados familiares.

Relacionamos o 1º e o 2º relatório, buscando conhecer as características físicas e as funções dos/as profissionais que estão na Educação do Campo. Identificamos que os Movimentos Sociais e as Secretarias de Educação/ GRE, são as mais representativas, com um total de 88% dos profissionais.

A articulação dos educadores do campo aos movimentos sociais é importante, pois possibilita uma conscientização política. Como Arroyo nos diz, os Movimentos Sociais e os

povos atuam como sujeitos políticos de presenças-reconhecimentos afirmativos (da agricultura camponesa, do trabalho, de um projeto do campo, da cultura e valores aprendidos nesse trabalho na produção camponesa) contra o histórico ocultamento e a segregação no processo de dominação-subordinação (ARROYO, 2012, p. 362).

Nos Movimentos Sociais contamos com 243 profissionais, sendo 82,4% Educadores/as; 6,2% Coordenadores/as; 10,6% Técnico agrícola/Extensionista e 0,8% em outras funções. Sendo que 37% são pardos, 23% brancos, 16% negros, 15,30 não informaram sua cor.

⁵Foram levantados dados referentes a : **1. Caracterização Física:** sexo, cor/etnia, idade e local de nascimento; **2. Dados institucionais e profissionais:** o tipo de instituição que está vinculado(a) e a função na instituição; **3. Dados educacionais:** município onde realizou os estudos do ensino fundamental, e o município onde realizou seus estudos do ensino médio, o tipo de escola, se interrompeu alguma vez os estudos, quantas vezes e o motivos, o município realizou seus estudos do ensino superior, e o tipo de IES; **4. Dados familiares** - Idade dos pais dos educadores, nível de escolaridade e renda familiar; **5. Dados sobre a escola/lugar onde você ensina:** tipo de instalação, condições de infraestrutura, os materiais de apoio, o número de educandos por sexo e idade, e cor/etnia, e as atividades econômicas dos educandos.

A faixa etária desses profissionais é de 20 a mais de 60 anos, com uma maior representatividade de 34,7% de 30 a 40 anos; 27,1% de 40 a 50 anos. São pessoas que representam uma geração, a qual a Educação do Campo foi negada.

Com relação a Secretaria de Educação/ GRE, temos 236 profissionais, perfazendo 82,2% de educadores/as; 5,5% de coordenadores/as; 4,7% técnico de GRE; 6,8% técnico agrícola/Extensionista e 0,8% em outras funções. Sendo que 45,3% se declararam pardos; 25,4% brancos; 7,2% negros e 17,7% não informaram sua cor.

Sobre a idade desses profissionais, estão entre os 20 aos 60 anos, equivalendo a 20,3% dos 20 aos 30 anos; 38,5% dos 30 aos 40 anos e 26,7% dos 40 aos 50 anos.

Esta maior representação de profissionais dos Movimentos Sociais e das Secretarias de Educação/ GRE, traz duas concepções do que é a Educação do Campo. A primeira é a de que os Movimentos Sociais tem um histórico de luta pela afirmação e pelo reconhecimento dos direitos dos povos do Campo, enquanto que o Estado está sendo pressionado para efetivar políticas para este público.

Neste sentido, concordamos com Caldart (2012), quando nos diz que a “Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado” (CALDART, 2012, p. 262).

Outro aspecto, é que dos profissionais da educação que estão atuando como educadores/as, o número de mulheres é muito superior ao dos homens. De modo que as mulheres educadoras somam 59,4%, enquanto que os homens educadores são 19,5%. Os 31,1% são os que não se declaram em nenhum sexo.

Estas informações demonstram que as atividades diretamente ligadas a sala de aula e ao ensino/aprendizagem ainda são atribuições femininas. Representando uma divisão de trabalho sexista.

Unimos também, os dados dos 1º e do 3º relatórios, buscando compreender melhor as características fenotípicas e as informações educacionais dos sujeitos que estão atuando na Educação do Campo, para isso fizemos um recorte, utilizando os dados dos profissionais apenas de Pernambuco, que perfazem 82,6% dos que participaram de nossa pesquisa.

Neste sentido, destacamos o tipo de instituição frequentada e onde realizaram a educação básica, escola pública, escola privada, escola privada e pública e privada com bolsa de estudos.

Identificamos que no total 65,4% dos profissionais estudaram em escolas públicas e 28% em escolas públicas e privadas. Com relação as mulheres, 64,2% estudaram em escolas

públicas e 32,9% em escolas privadas e públicas. Das que estudaram em escolas públicas 41,8% se declararam pardas e 24,3% são brancas. Já quem estudou nas instituições privadas, 41,7% são pardas e 32% brancas.

Dos homens, 75,8% em escolas públicas e apenas 19,4% em escolas públicas e privadas. Com relação aos que estudaram em instituições públicas, temos 38,3% de pardos e 21,2% de brancos. Quanto os das escolas públicas e privadas, temos 54,2% de pardos e 33,3% de brancos.

Outro aspecto relevante que identificamos em nossos dados foi a questão da evasão escolar, que ainda é um número representativo, ocorrendo por diversos motivos. Nessa direção, 31,6% das mulheres abandonaram seus estudos no mínimo uma vez e os homens 33,9%.

As mulheres declararam como motivos o casamento com 11,3%, o nascimento de filhos/as com 17,5%, questões financeiras, 20,6%, e 14,5% falta de transporte escolar. Demonstrando que as relações familiares são um forte elemento na permanência da mulher na escola.

Os motivos alegados pelos homens estão o trabalho com 32,5%, questões financeiras com 25%, a falta de transporte escolar com 12,5% e doença e distância com 7,5% cada, e casamento com 2,5%.

Estas informações representam duas realidades, nas quais a mulher ainda é a maior responsável pelos cuidados com o lar e com os/as filhos/as, inclusive sacrificando sua vida profissional fora de casa, enquanto que os homens trabalham somente fora de casa para suprirem as necessidades da família. Realidades nas quais os papéis e as relações de gênero são determinantes no processo educacional.

Buscamos conhecer também as características da formação superior dos profissionais. Sendo que 94,2% das mulheres e 62,1% dos homens realizaram seus estudos em Pernambuco.

Com relação ao tipo de instituição, onde realizaram seu ensino superior, destacamos que um grande número dos profissionais da educação teve sua formação em instituições privadas, somando 56,2% das mulheres e 30,6% dos homens.

O que demonstra que as instituições de Ensino Superior públicas ainda não são responsáveis pela formação dos/as educadores/as pernambucanos e não estão acessíveis para as pessoas das classes populares, principalmente do campo, pois a maioria deles ainda se forma em instituições privadas.

Neste sentido é importante compreender como esta formação, que ocorre nas instituições privadas, que acontece com recursos, pressupostos e perspectivas diferenciadas

das oferecidas no âmbito público, influenciam na qualidade da atuação e da prática docente, e do mesmo modo, ficam aquém de oferecer a formação diferenciada necessária para que os educadores/as possam trabalhar as especificidades camponesas para que as perspectivas da educação do campo sejam efetivadas na realidade.

Relacionamos também os relatórios 1 e 4, procurando saber as informações sobre os familiares dos educadores e educadoras, como também sua posição e seu papel na renda familiar.

Identificamos que a escolarização dos pais das mulheres está distribuída desta forma, 24,8% não alfabetizados, 45,7% com o Ensino Fundamental I incompleto e 11,4% com o Ensino fundamental I completo. Quanto à idade, 23,4% estão entre os 40 e os 60 anos, 53,4% de 60 a 80 anos e 21,7% de 80 a 100 anos.

Sobre os familiares dos homens, os pais têm o nível de escolaridade muito próximo com os resultados das mulheres. Nessa direção, 22,5% são não alfabetizados, 37,4% com o Ensino Fundamental I incompleto e 11,3% com o Ensino Fundamental II incompleto. A idade dos pais dos homens está com 29,6% dos 40 aos 60 anos, 54,2% dos 60 aos 80 anos e 14,8% dos 80 aos 100 anos.

Com relação às mães, identificamos que a escolaridade está mais distribuída entre os níveis, pois 15,8% são não alfabetizadas, 39,4% com Ensino Fundamental I incompleto, 11,5% com Ensino Fundamental I completo, 10,6% com o Ensino Médio completo. Sendo que 34,8% estão entre os 40 e os 60 anos, 51,1% dos 60 aos 80 anos e 13,5% dos 80 aos 100 anos.

Sobre as mães dos homens 12,2% são não alfabetizadas, 35,8% tem o Ensino Fundamental I incompleto, 18,9% tem o Ensino Médio completo, e 12,2% tem o Ensino Fundamental I completo. Com relação as idades, identificamos que 41,2% estão entre 40 e 60 anos, 53,4% estão entre os 60 e 80 anos e 5,4% dos 80 aos 100 anos. Isso nos mostra, que no campo também as mulheres vivem mais do que os homens.

Estas informações nos mostram, que a escolaridade das pessoas com mais idade é bem menor, retratando a história do Brasil, na qual as pessoas das classes populares, principalmente as do campo, não tinham acesso e nem permaneciam no ambiente escolar, pois a escola era espaço para as elites.

Relacionamos também, os dados familiares, no aspecto se o/a educador/a são chefes ou arrimos de família, por cor e o sexo. Para que pudéssemos visualizar esses três elementos e como eles estão presentes na vida dos profissionais.

Obtivemos essas respostas de 94,3% de todos/as que responderam nosso questionário. Sendo que 70,8% são mulheres e 29,3% são homens. Identificamos que as responsabilidades com renda familiar estão mais distribuídas entre os parceiros.

Neste sentido as mulheres declararam que 25% são chefes de família, 44% compartilham com o cônjuge, 28% apenas contribuem com o cônjuge, e 3% não. As mulheres estão assumindo mais um papel dentro da família, que é a contribuição com a renda obtida fora do ambiente família.

Sendo que das que são chefe de família 40,6% são pardas, 20,9% são brancas e 12,1% são negras. Com relação as que compartilham com o cônjuge, temos 40% pardas, 28,1% são brancas e 16,2% negras. As que apenas contribuem são 42,2% pardas e 26,5% brancas. Das que não participam da renda familiar temos 45% brancas e 36,4% pardas.

As informações que conseguimos com os homens, nos mostram que 35,1% são chefes de famílias, 25,8% compartilham com o cônjuge, 34,4% apenas contribuem com a renda familiar e 4,7% não participam da renda familiar.

Identificamos com esses dados que as responsabilidades com a família estão mais distribuídas entre os cônjuges, de modo que a mulher assume mais um papel no sustento e no provimento das necessidades financeiras. Essas mudanças são resultados da presença da mulher no mercado de trabalho e o acesso a educação.

6. Conclusões

Nosso estudo busca compreender o perfil deste sujeito, desde suas características fenotípicas, a instituição a qual está vinculado, sua função, seu processo formativo, sua situação familiar e seu perfil socioeconômico, acompanhando sua trajetória de vida.

Para melhor alcançar esse entendimento fizemos baseados no instrumento analítico do método do caso alargado, que propõem a ampliação do olhar diante os dados e as informações coletadas, para que possa compreendê-lo a partir dos elementos que o constituem.

A partir dos estudos realizados alcançamos algumas compreensões que se encaminham para o entendimento e conhecimento sobre esses Educadores/as. Identificamos que ainda temos um número superior de mulheres atuando na Educação, mas contamos com uma relevante presença masculina, que demonstra mudanças no campo educacional, sinalizando que este deixa de ser apenas um espaço feminino e assume uma perspectiva de atuação profissional independente de sexo.

A Educação do Campo pode ser entendida como um espaço de transformação e mudanças, que são seus objetivos, pois prima por uma atuação política e autônoma, na qual os sujeitos são responsáveis pelo projeto educativo, de sociedade e de desenvolvimento.

Neste sentido compreender sua realidade profissional, suas trajetórias educacionais e familiares e suas identidades, é possível conhecer como está se efetivando o trabalho destes profissionais na Educação do Campo.

De modo que, estão atuando na Educação do Campo uma grande diversidade de sujeitos, com diferentes funções e de diferentes instituições. Nas suas características fenotípicas identificamos, como já foi dito, a forte presença feminina, mas o aumento dos homens na área da educação.

Em termos raciais, a maioria dos educadores/as que responderam nosso questionário, 40,7% destes sujeitos se declaram pardos e estão 37,7% entre os 30 e os 40 anos.

Temos profissionais de onze estados brasileiros, no entanto 82,6% são pernambucanos, oriundos de diversas partes do estado, com maior representatividade de sujeitos do Sertão e do Agreste, que são os lugares onde mais são formados/as os educadores do campo.

A educação básica se deu predominantemente em escolas públicas, porém a formação superior ocorreu em instituições particulares. Isso ocorreu com os profissionais das diferentes funções e das diferentes instituições.

Portanto, diante do que foi apresentado ao longo do nosso estudo e por meio de nossa análise, compreendemos que os/as profissionais da Educação do Campo representam uma diversidade de experiências, concepções e trajetórias que fornecem a Educação do Campo características e peculiaridades que devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas.

Desta forma, as perspectivas e concepções da Educação do Campo poderão ser efetivadas nos diferentes contextos, pois serão considerados e reconhecidos os sujeitos que tem o campo como seu território e lugar de vida e luta histórica e política. Estes sujeitos serão produtores e atores de sua formação, não apenas executando políticas e projetos que não correspondem às necessidades do campo

7. Bibliografia

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores (as) do campo.** Cad. CEDES, vol. 27, n. 72, 2007.

_____ ; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Coleção Por uma Educação Básica do Campo, Vol. 2. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

_____. Formação de Educadores do Campo. In. CALDART, R. S. Et al (org). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In. CALDART, R. S. Et al (org). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Orgs.) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º5.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

KOLLING, E. J; NÉRY, I; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória).** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

LAGE, A. Orientações epistemológicas para a pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais. In: **Anais do Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: Diferenças nas Políticas de Currículo.** João Pessoa- PB: UFPB, 2009.

MARTINS, F. J. **Educação do Campo:** processo de ocupação social e escolar. Congresso Intern. Pedagogia Social, mar. 2009.

SOARES, E; ALBUQUERQUE, M. B. de; e WANDERLEY, M. N. B. **Educação do campo: a escola do campo e a cultura do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social;** Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **5**(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).

TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In. CALDART, R. S. Et al (org). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.